

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

Guanhães Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Guanhães Energia S.A.
Ipatinga - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Guanhães Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guanhães Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

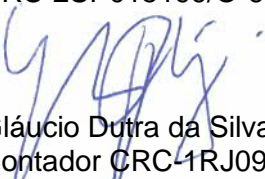
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

GUANHÃES ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	422	1.127	4.542	4.577
Títulos e valores mobiliários	6	35	247	165	372
Concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	5.766	204
Créditos com partes relacionadas		732	580	-	-
Outros créditos		6	11	226	269
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.195	1.965	10.699	5.422
Tributos a recuperar		878	829	2.361	2.306
Títulos e valores mobiliários	6	5.658	6.278	12.247	12.555
Depósitos judiciais		-	-	1.304	1.690
Investimentos	8	259.991	219.762	-	-
Imobilizado	9	55	27	400.546	375.670
Intangível	10	51	17	3.033	2.654
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		266.633	226.913	419.491	394.875
TOTAL DO ATIVO		267.828	228.878	430.190	400.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores	11	242	276	13.661	14.115
Tributos a recolher		109	88	685	389
Empréstimos e financiamentos	12	484	-	12.718	12.867
Outros débitos		228	124	228	124
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.063	488	27.292	27.495
Tributos a recolher		-	-	960	824
Financiamentos	12	-	-	126.718	139.170
Parcelamentos de tributos		14	31	2.969	3.259
Outros débitos		-	-	5.500	1.190
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14	31	136.147	144.443
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
Capital social		548.626	396.402	548.626	396.402
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	111.886	-	111.886
Prejuízos acumulados		(281.875)	(279.929)	(281.875)	(279.929)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		266.751	228.359	266.751	228.359
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		267.828	228.878	430.190	400.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA LÍQUIDA	15	-	-	50.983	10.831
CUSTO DA OPERAÇÃO	16	-	-	(37.537)	(12.766)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		-	-	13.446	(1.935)
DESPESA DA OPERAÇÃO	16	(1.503)	(1.882)	(4.896)	58.541
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(751)	56.622	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.254)	54.740	8.550	56.606
RESULTADO FINANCEIRO	17	318	412	(8.790)	(1.454)
Receitas financeiras		378	478	853	953
Despesas financeiras		(60)	(66)	(9.643)	(2.407)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.936)	55.152	(240)	55.152
Imposto de renda e contribuição social corrente		(10)	-	(1.706)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(1.946)	55.152	(1.946)	55.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.946)	55.152	(1.946)	55.152
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(1.946)	55.152	(1.946)	55.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2018	330.536	55.603	(335.081)	51.058
Integralização de capital	65.866	(65.866)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	122.149	-	122.149
Lucro líquido do exercício	-	-	55.152	55.152
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	396.402	111.886	(279.929)	228.359
Integralização de capital	152.224	(152.224)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.338	-	40.338
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.946)	(1.946)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	548.626	-	(281.875)	266.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GUANHÃES ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<u>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</u>		(1.685)	1.060	8.641	(11.154)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.946)	55.152	(1.946)	55.152
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	10	-	-	-	(61.782)
Depreciação de ativo imobilizado		10	-	14.018	983
Despesa com juros sobre financiamentos		-	-	9.026	2.537
Baixa de imobilizado		-	-	583	1.021
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários		(378)	-	(750)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	751	(56.622)	-	-
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		(122)	2.530	(12.290)	(9.065)
Tributos a recuperar		(49)	(75)	(55)	(146)
Depósitos Judiciais		-	-	386	379
Créditos com partes relacionadas		(152)	-	-	-
Outros créditos		5	2.611	43	(263)
Concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	(5.562)	(204)
Fornecedores	11	(34)	24	(454)	1.927
Tributos a recolher		21	2	432	1.001
Pagamentos de parcelamentos tributos		(17)	(12)	(290)	(540)
Outros débitos		104	(20)	4.414	1.160
Pagamentos de juros de financiamentos		-	-	(11.204)	(12.379)
<u>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos</u>		(39.842)	(126.183)	(35.989)	(97.805)
Resgate de títulos e valores mobiliários		1.210	3.827	1.266	5.254
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		(40.980)	(129.997)	-	-
Aquisições de bens de ativo imobilizado	9	(38)	(12)	(36.876)	(101.922)
Aquisições de bens de ativo intangível	10	(34)	(1)	(379)	(1.137)
<u>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos</u>		40.822	122.149	27.313	109.203
Adiantamento para futuro aumento de capital		40.338	122.149	40.338	122.149
Captação de mútuos	12	484	-	-	-
Amortização de principal de financiamentos		-	-	(13.025)	(12.946)
<u>Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa</u>		(705)	(2.974)	(35)	244
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.127	4.101	4.577	4.333
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	422	1.127	4.542	4.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guanhães Energia S.A. (“Companhia” ou “Guanhães Energia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

As controladas da Guanhães Energia, descritas na nota explicativa 02, compõem o Grupo Guanhães (“Grupo Guanhães” ou “Grupo”).

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 16.593 (R\$ 22.073 em 31 de dezembro de 2018), contudo a Administração entende que o cenário atual de capital circulante líquido negativo, não representa risco a Companhia, pois a situação se deve especificamente por conta do financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e dos gastos incorridos para implantação das PCHs.

2. ENTIDADES INVESTIDAS

a) Controladas diretas

- PCH Dores de Guanhães S.A. (“PCH Dores de Guanhães”, 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 22 de novembro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Dores de Guanhães pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução nº 638 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 931, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Dores de Guanhães, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.. A capacidade geradora da Usina é de 14,0 MW.

A controlada PCH Dores de Guanhães foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 2.252, de 02 de outubro de 2018 e nº 2.643, de 19 de novembro de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- PCH Fortuna II S.A. ("PCH Fortuna II", 100%) - Localizada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virginópolis. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.. A capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019,, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- PCH Jacaré S.A. ("PCH Jacaré", 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 29 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Jacaré pela ANEEL, por meio da Resolução nº 588 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 934, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Jacaré, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.. A capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Jacaré foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1.512, de 29 de maio de 2019 e nº 2.034, de 24 de julho de 2019, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- PCH Senhora do Porto S.A. ("PCH Senhora do Porto", 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 08 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela ANEEL, por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 933, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Senhora do Porto, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.. A capacidade geradora da Usina é de 12,0 MW.

A controlada PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

As controladas possuem contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado ("ACR") devido a participação no 22º Leilão de energia nova ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

2.2.1 Autorizações do Grupo Guanhães

Segue abaixo o resumo das autorizações do Grupo Guanhães vigentes em 31 de dezembro de 2019:

Autorizações	Data da autorização	Data de vencimento
PCH Dores de Guanhães	nov/2002	nov/2032
PCH Fortuna II	dez/2001	dez/2031
PCH Jacaré	out/2002	out/2032
PCH Senhora do Porto	out/2002	out/2032

Conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização. Dessa forma, o prazo de autorização das controladas da Companhia foi prorrogado até dezembro de 2047.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de maio de 2020, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 19.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e estão consolidadas integralmente.

3.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) (nota 9); (ii) outros débitos; e (iii) contingências (Nota 13).

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

4.1 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro e passivo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros e passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias:

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Nessa categoria encontram-se as equivalentes de caixa, concessionárias, permissionárias e clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

A Companhia e suas controladas não possuem contabilidade de hedge (hedge accounting) e tampouco operações com instrumentos financeiros derivativos.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se certificados de depósito bancário (CDB).

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

4.1.1 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

4.3 Concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da CCEE.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é registrada, quando aplicável, com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

4.4 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição .

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.5 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil do bem ou pelo prazo da autorização, dos dois o menor, utilizando o método de custo histórico, pois considera que estes não podem ser negociados, doados ou cedidos e fazem parte do projeto original, bem como serão entregues ao poder concedente ao final da autorização sem indenização. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 10.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

4.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos no mínimo no fim de cada exercício social e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

Eventuais ajustes nos métodos de amortização, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos de forma prospectiva na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

4.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2019 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.8 Provisões

4.8.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

4.8.2 Provisões para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis, regulatórios e ambientais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis, regulatórios e ambientais são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuem processos de naturezas trabalhistas, fiscais, cíveis, regulatórios e ambientais avaliadas por seus consultores jurídicos internos e externos com probabilidade de perda provável que devessem ser reconhecidas em suas demonstrações financeiras.

4.9 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia avalia se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.

4.9.1 Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração

4.9.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.10 Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da Guanhães Energia é com base no lucro real para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido do exercício.

O regime de tributação da controladas é com base no lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas:

Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita e alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.

Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

4.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019.

O Grupo aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma são descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia tais como (i) CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; e (ii) CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

4.11.1 CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, o Grupo adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, emitido pelo CPC em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)) e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) arrendamento de curto prazo (prazo inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo é de baixo valor ou tenha como base pagamentos variáveis de arrendamento.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. O Grupo analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Em conformidade com a norma, o Grupo optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor. Após análise realizada pelo Grupo conforme premissas estabelecidas pelo CPC 06 (R2), não foram identificados impactos a serem apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Os arrendamentos identificados não se qualificam devido à irrelevância de valores ou de prazos inferiores a doze meses, em consonância com a aplicação do CPC 06 (R2).

4.11.2 ICPC 22 - Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases de cálculo fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de impostos.

O Grupo adotou a interpretação a partir do início da sua vigência, e, a partir de então analisa os tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, assim como mensuram e reavaliam aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda.

O Grupo determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais e de duas controladas serão aceitos pelas autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são analisadas para planejamento de sua adoção inicial, se aplicáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contas bancárias	422	1.127	4.542	4.577
Total	422	1.127	4.542	4.577

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	35	-	35	247	-	247
Conta reserva -BNDES	-	5.658	5.658	-	6.278	6.278
Total	35	5.658	5.693	247	6.278	6.525

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	165	-	165	372	-	372
Conta reserva -BNDES	-	12.247	12.247	-	12.555	12.555
Total	165	12.247	12.412	372	12.555	12.927

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da "conta reserva - BNDES está vinculado à garantia do financiamento do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média das aplicações é de 94% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (95% em 31 de dezembro de 2018).

7. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Concessionárias, permissionárias e clientes	5.766	204
Total	5.766	204

Os saldos a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019 são referentes a venda de energia comercializada no leilão A-3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. INVESTIMENTO

Empresas	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
PCH Dores de Guanhões	81.305	74.501
PCH Fortuna II	42.673	32.100
PCH Jacaré	62.918	44.799
PCH Senhora do Porto	73.095	68.362
Total dos investimentos	259.991	219.762

Movimentação dos investimentos nas controladas nos exercícios de 2019 e de 2018:

Controladas	Controladora						
	31.12.2017	AFAC	Equivalencia patrimonial	31.12.2018	AFAC	Equivalencia patrimonial	31.12.2019
PCH Dores de Guanhões	15.259	33.140	26.102	74.501	3.950	2.854	81.305
PCH Fortuna II	(1.489)	34.651	(1.062)	32.100	12.345	(1.772)	42.673
PCH Jacaré	3.190	42.869	(1.260)	44.799	21.585	(3.466)	62.918
PCH Senhora do Porto	16.183	19.337	32.842	68.362	3.100	1.633	73.095
Total	33.143	129.997	56.622	219.762	40.980	(751)	259.991

Segue abaixo, informações sobre as empresas controladas:

Controladas	31.12.2019				31.12.2018			
	Capital social integralizado	Total do ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Capital social integralizado	Total do ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
PCH Dores de Guanhões	103.028	128.049	81.305	2.854	69.888	124.117	74.501	26.102
PCH Fortuna II	98.598	77.535	42.673	(1.772)	63.946	69.043	32.100	(1.062)
PCH Jacaré	128.592	102.207	62.918	(3.466)	85.723	82.552	44.799	(1.260)
PCH Senhora do Porto	83.420	115.778	73.095	1.633	64.083	116.049	68.362	32.842

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo os saldos integrais patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 das controladas:

ATIVO	31.12.2019				31.12.2018			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Circulante	3.602	2.078	2.254	2.786	1.029	750	679	1.579
Caixa e equivalentes de caixa	1.254	911	954	1.001	711	653	593	1.493
Outros	2.348	1.167	1.300	1.785	318	97	86	86
Não Circulante	124.447	75.457	99.953	112.992	123.088	68.293	81.873	114.470
TOTAL DO ATIVO	128.049	77.535	102.207	115.778	124.117	69.043	82.552	116.049
PASSIVO								
Circulante	6.451	6.845	8.691	5.458	6.173	7.512	7.767	6.135
Empréstimos e financiamentos	3.909	2.445	2.680	3.684	3.870	2.667	2.682	3.648
Outros	2.542	4.400	6.011	1.774	2.303	4.845	5.085	2.487
Não Circulante	40.293	28.017	30.598	37.225	43.443	29.431	29.986	41.552
Empréstimos e financiamentos	37.789	26.288	27.025	35.616	41.596	28.663	29.708	39.203
Outros	2.504	1.729	3.573	1.609	1.847	768	278	2.349
Patrimônio Líquido	81.305	42.673	62.918	73.095	74.501	32.100	44.799	68.362
TOTAL DO PASSIVO	128.049	77.535	102.207	115.778	124.117	69.043	82.552	116.049

DEMONSTRAÇÃO O RESULTADO	31.12.2019				31.12.2018			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS								
Suprimento Energia	17.654	9.737	9.382	16.140	3.107	1.622	1.727	5.480
Deduções da Receita	(644)	(355)	(342)	(589)	(288)	(150)	(160)	(507)
CUSTO DA OPERAÇÃO								
Energia Comprada	(2.819)	(3.677)	(6.143)	(2.620)	(3.412)	(2.365)	(2.523)	(1.988)
Outras	(6.398)	(4.870)	(4.292)	(6.718)	(288)	(6)	(109)	(2.075)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	7.793	835	(1.395)	6.213	(881)	(899)	(1.065)	910
DESPESAS OPERACIONAIS								
Despesas gerais e administrativas	(829)	(907)	(782)	(784)	(275)	(268)	(283)	(414)
Reversão de perda por desvalorização	-	-	-	-	27.741	-	-	34.041
Outras despesas	(71)	(20)	-	-	(80)	(16)	-	(23)
Receitas financeiras	167	77	78	153	143	95	101	136
Despesas financeiras	(3.629)	(1.455)	(1.076)	(3.423)	(546)	26	(13)	(1.808)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(577)	(302)	(291)	(526)	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.854	(1.772)	(3.466)	1.633	26.102	(1.062)	(1.260)	32.842

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

	Consolidado											
	Saldo em 01.01.2018	Adições	Transferências para serviços	Baixas	Depreciações	Reversão para redução ao valor recuperável	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências para serviços	Saldo em 31.12.2019
IMOBILIZADO EM CURSO												
Terras	8.640	2.755	(263)	(1.021)	-	-	10.111	246	(225)	-	(8.477)	1.655
Reservatórios, barragens e adutoras	167.232	8.217	(51.921)	-	-	-	123.528	9.555	-	-	(133.687)	(604)
Edificações, obras civis e benfeitorias	49.589	48.019	(18.160)	-	-	-	79.448	20.055	-	-	(91.500)	8.003
Máquinas e equipamentos	75.510	36.797	(10.972)	-	(6)	-	101.329	8.172	-	(9)	(60.672)	48.820
Estudos e projetos	1.223	2.459	(283)	-	-	-	3.399	-	-	-	(3.399)	-
Móveis e utensílios	7	-	-	-	(3)	-	4	7	-	(1)	(1)	9
Total	302.201	98.247	(81.599)	(1.021)	(9)	-	317.819	38.035	(225)	(10)	(297.736)	57.882
A RATEAR												
A ratear	100.977	13.338	(23.596)	-	-	-	90.719	1.317	(232)	-	(91.804)	-
Total	100.977	13.338	(23.596)	-	-	-	90.719	1.317	(232)	-	(91.804)	-
Total do Imobilizado em curso	403.178	111.585	(105.195)	(1.021)	(9)	-	408.538	39.352	(457)	(10)	(389.540)	57.882
IMOBILIZADO EM SERVIÇO												
Terras	-	-	263	-	-	-	263	-	(126)	-	8.477	8.614
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	72.025	-	(610)	-	71.415	126	-	(7.497)	1.789.66	243.012
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	15.334	-	(178)	-	15.156	-	-	(3.124)	1.006.98	112.730
Máquinas e equipamentos	-	-	17.571	-	(186)	-	17.385	-	-	(3.387)	1.013.89	115.387
Móveis e utensílios	-	-	2	-	(1)	-	2	-	-	(1)	8	9
Total do Imobilizado em serviço	-	-	105.195	-	-	-	104.221	126	(126)	(14.009)	389.540	479.752
Provisão/reversão para redução ao valor recuperável	(198.871)	-	-	-	-	61.782	(137.089)	-	-	-	-	(137.089)
Total do Imobilizado	204.307	111.585	-	(1.021)	(983)	61.782	375.670	39.478	(583)	(14.019)	-	400.546

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Nos últimos anos, a Companhia foi impactada por questões relacionadas ao cumprimento do Contrato EPC, o que resultou na celebração de aditivos ao contrato com o Consórcio Construtor PCHs Guanhões (CCPG), postergação da entrada em operação das controladas, maior volume de aportes dos sócios e despesas financeiras decorrentes de empréstimos.

Para fins de avaliação da recuperação dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno dos projetos de cada uma das controladas, bem como - todo o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente para a análise do valor em uso. As principais premissas para esta análise estão destacadas abaixo:

- Incorporação de todos os aditivos já assinados que elevaram o custo do investimento nas usinas;
- Inclusão de todas as despesas financeiras extraordinárias decorrentes de novos empréstimos obtidos pela Companhia;
- Estágio de avanço da implementação dos projetos;
- Participação das controladas no Leilão A-3 de 2015, sendo vencedora do certame, comercializando energia a um preço R\$205,50/MWH;
- Custo estimado para completar o empreendimento; e
- Custos sócio ambientais a serem executados durante a exploração.

O resultado da análise realizada na data base de 31 de dezembro de 2019 aponta que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da companhia em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. INTANGÍVEL

	Consolidado						Saldo em 31.12.2019
	Saldo em 01.01.2018	Adições	Transferências para serviços	Saldo em 31.12.2018	Adições	Transferências para serviços	
INTANGÍVEL EM CURSO							
Software	16	1	-	17	34	-	51
Servidão	1.501	1.136	(211)	2.426	345	(2.640)	131
Total do intangível em curso	1.517	1.137	(211)	2.443	379	(2.640)	182
INTANGÍVEL							
Servidão	-	-	211	211	-	2.640	2.851
Total do intangível em serviço	-	-	211	211	-	2.640	2.851
Total do intangível	1.517	1.137	-	2.654	379		3.033

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Materiais e serviços	242	276	13.661	14.115
Total	242	276	13.661	14.115

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações devidas com fornecedores de materiais e serviços referem-se na sua grande maioria a contabilização de notas fiscais emitidas por empresa subcontratada para industrialização de equipamentos eletromecânicos, cujo pagamento se deu diretamente a contratada principal através de adiantamentos realizados. A Companhia aguarda somente a apresentação de cartas de cessão de créditos a serem apresentadas pela contratada principal para abatimento dos saldos através das contas de adiantamentos realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora	
	Circulante	
	Principal	Total
PHC Dores de Guanhães	484	484
Total	484	484

	Consolidado						
	Circulante			Não circulante		Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2019	31.12.2018
Financiamentos BNDES	11.764	954	12.718	126.718	126.718	139.436	152.037
Total	11.764	954	12.718	126.718	126.718	139.436	152.037

A concessão de colaboração financeira pelo BNDES foi expedida de acordo com os subcréditos abaixo demonstrados:

Controladas	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Limite do financiamento
PCH Dores de Guanhães	42.300	14.800	600	57.700
PCH Fortuna II	29.000	10.400	400	39.800
PCH Jacaré	29.800	10.400	400	40.600
PCH Senhora do Porto	39.400	13.900	500	53.800
Total	140.500	49.500	1.900	191.900

Segue abaixo as condições contratuais dos financiamentos vigentes em 2019:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	PCH Jacaré	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito B	PCH Jacaré	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito C	PCH Jacaré	12.02.2014	R\$	TJLP	set/15	Mensal	Ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Dores de Guanhães	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Dores de Guanhães	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Dores de Guanhães	12.02.2014	R\$	TJLP	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Fortuna II	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Fortuna II	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Fortuna II	12.02.2014	R\$	TJLP	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Senhora do Porto	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Senhora do Porto	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Senhora do Porto	12.02.2014	R\$	TJLP	set/15	Mensal	ago/30

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo a movimentação dos financiamentos em 31 de dezembro 2019 e de 2018:

	Controladora	
	Principal	Total
Saldo em 31.12.2018	-	-
Captção de mútuo	484	484
Saldo em 31.12.2019	484	484

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 01.01.2018	155.230	8.774	164.004
Amortização de principal	(12.946)	-	(12.946)
Encargos, juros e correções(*)	-	13.358	13.358
Encargos pagos	-	(12.379)	(12.379)
Saldos em 31.12.2018	142.284	9.753	152.037
Amortização de principal	(13.025)	-	(13.025)
Encargos, juros e correções(*)	-	11.628	11.628
Encargos pagos	-	(11.204)	(11.204)
Saldos em 31.12.2019	129.259	10.177	139.436

(*) Em 31 de dezembro de 2019, foi incorporado ao ativo imobilizado a título de capitalização de juros, o montante de R\$ 2.602 cuja taxa média de capitalização foi de 7,96% ao ano (R\$10.821 em 31 de dezembro de 2018).

De acordo com contrato, deve ser evidenciada uma conta reserva de aplicação financeira em que se deverá manter um valor equivalente três vezes o valor da prestação mensal do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais acessórios. O BNDES ainda poderá declarar vencidos antecipadamente os contratos, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso caso a Companhia e/ou suas controladas venham descumprir com cláusulas contratuais previstas nos contratos, podendo ainda comunicar ao Ministério Público Federal o fato que venha ser adverso ao previsto nos contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2019:

Consolidado	
Ano	Total
2021	12.968
2021	12.968
2021	12.968
Após 2023	87.814
Total	126.718

Covenants

O contrato de financiamento com o BNDES possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívida da Companhia. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a determinados covenants não financeiros e não manutenção de uma aplicação restrita de 3 (três) vezes o valor da prestação devida (nota 5). Ademais, as cláusulas contratuais de apuração anual do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3, onde o não cumprimento deste indicador impossibilita o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal, e pode implicar em aplicação de multa pelo BNDES. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente apenas para as controladas PCH Dores de Guanhães e PCH Senhora do Porto.

Em decorrência do não cumprimento do indicador ICSD pela Companhia e por suas controladas PCH Fortuna II e PCH Jacaré para o exercício de 2019, em 27 de dezembro de 2019, através da carta AE/DEENE3 N° 185/2019, o BNDES extinguiu a obrigação do ICSD mínimo de 1,3 exclusivamente ao exercício de 2019, para a Companhia e estas controladas.

Em 30 de dezembro de 2019, através da carta AE/DEENE3 N° 189/2019, o BNDES informou que será aplicada a multa pelo não cumprimento do ICSD mínimo de 1,3 relativos ao ano de 2017 para todas as usinas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são remotos e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

As contingências exigentes são compostas por ações cíveis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ações cíveis	2	11	2	11
Total	2	11	2	11

Ações cíveis

A Companhia possui ações cíveis com possibilidade de perda remota, e abaixo apresentamos as principais:

Procedimento ordinário - Dano moral - 0020759-93.2014.8.13.0280, trata-se de ação proposta pelo ex-prefeito de Dorés de Guanhões, sob o nº 0020759-93.2014.8.13.0280, sob o argumento de que a Guanhões Energia tenha publicado informação incorreta no informativo da empresa, informações estas sobre os repasses financeiros realizados pela Guanhões Energia à Prefeitura de Dorés de Guanhões, em razão de convênio celebrado com a mesma.

O juiz de 1ª Instância julgou improcedente a demanda do Autor, sem resolução do mérito, por ilegitimidade ativa do autor, tendo o mesmo recorrido e a sentença sido reformada em 2ª instância.

Atualmente o processo retornou à 1ª instância e encontra-se concluso para sentença. Entendemos que não há fundamento para o pleito, sendo as alegações inverídicas conforme provado nos autos, sendo o prognóstico de perda remoto na avaliação dos nossos assessores jurídicos externos. O valor pleiteado na ação foi de R\$10 (R\$ 10 em 2018).

Reintegração de posse – Antônio Jorge Barreto Noman - 0034768-60.2014.8.13.0280, trata-se de reintegração de posse para a construção de um acesso permanente pela Rodovia MG 232, com a construção de uma ponte sobre o Rio Guanhões. O acesso faz parte da Rodovia MG 232 entrando em uma porção de terras na margem direita do Rio Guanhões, atravessa o rio através da ponte que está em construção, entra na margem esquerda e chega à casa de força da controlada PCH Dorés de Guanhões.

O réu da ação é proprietário da área da margem direita do Rio Guanhães, tendo autorizado a construção, inicialmente via verbal, e posteriormente via e-mail. As obras seguiram seu curso normalmente até o dia 10 de julho de 2014, quando os relatórios da obra já indicavam um percentual de conclusão de aproximadamente 80%. No entanto, a Guanhães Energia foi surpreendida por um funcionário do Réu, o qual informou que o mesmo solicitava que fossem cessadas as atividades na margem direita, fechando logo em seguida, com cerca de arame farpado, o acesso à margem do rio Guanhães, construído a partir da Rodovia MG 232. Com isso, o Réu cometeu esbulho, sendo necessária a propositura da ação.

A reintegração na posse foi concedida e a obra da ponte foi concluída. Atualmente o processo encontra-se em fase de instrução. O prognóstico de perda é remoto na avaliação dos nossos assessores jurídicos externos, tendo sido dado à causa o valor de R\$2 (R\$ 2 em 2018).

Ações de desapropriação

A Guanhães Energia e suas controladas possuem ações de desapropriação em face de atingidos pelo empreendimento, em razão da (i) necessidade de formação dos reservatórios (aplicável à Guanhães Energia); (ii) formação de área de preservação permanente (APP) (aplicável as controladas); e (iii) os valores da indenização não terem sido acordados amigavelmente. Os valores discutidos já se encontram depositados judicialmente e a Companhia e suas controladas figuram no polo ativo da demanda.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 23 de janeiro de 2019 através da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") foi aprovada a integralização de capital no montante de R\$111.224, referente aos adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") realizados no exercício de 2018, mediante a emissão de 111.224.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de emissão de R\$1,00 (um real) cada.

No decorrer do ano de 2019 ocorreram AFACs das acionistas Light Energia S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., totalizando o montante de R\$40.338, os quais foram totalmente integralizados até o mês de junho de 2019, mediante aprovações em AGE realizadas nos dias 23 de janeiro de 2019 e 11 de junho de 2019, perfazendo a emissão de 40.338.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de emissão de R\$1,00 (um real) cada.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$548.626, dividido em 279.799.260 ações ordinárias nominativas A pertencentes a Light Energia S.A. e 268.826.740 ações ordinárias nominativas de classe B pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), ambas sem valor nominal e totalmente subscritas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cada classe de ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais, com direito a (i) eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) indicar, alternadamente, a cada mandato de três anos, na forma do disposto em acordo de acionista, o Presidente ou o Vice-presidente do Conselho de Administração, sendo asseguradas as seguintes vantagens a cada uma delas:

- Ações Ordinárias Classe A: terão direito a indicar o Diretor Administrativo-Financeiro.
- Ações Ordinárias Classe B: terão direito a indicar o Diretor Técnico-Comercial.

Os acionistas da Companhia e as suas respectivas participações no capital social em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

ACIONISTAS	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
Light Energia S.A.	279.799.260	51	202.164.816	51
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	268.826.740	49	194.236.784	49
Total Geral	548.626.000	100	396.401.600	100

b) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em decorrência dos prejuízos acumulados apresentados pela Companhia, não houve distribuição de dividendos nos exercícios de 2019 e 2018.

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude dos prejuízos acumulados apresentados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Lucro (prejuízo) por ação

A tabela a seguir concilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído nos exercícios de 2019 e 2018.

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
NUMERADOR		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(1.946)	55.152
DENOMINADOR		
Média ponderada de ações ordinárias	497.884.533	374.446.400
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM	(0,004)	0,15

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

15. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Suprimento de energia	52.913	11.936
(-) PIS e COFINS	(1.930)	(1.105)
TOTAL	50.983	10.831

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado ("ACR") e no ambiente de contratação livre ("ACL"). Em 21 de agosto de 2015, as controladas sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

Adicionalmente, em caso de eventuais sobras ou faltas de energia gerada em relação à energia contratada para venda, a Companhia precisa recorrer ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

Em 2019 ocorreu um aumento substancial na receita devido a entrega de 100% da energia comercializada no leilão em relação a 2018, quando as obras estavam em fase final de motorização. Além disso em 2018 foram feitos acordos bilaterais diminuindo o volume de energia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Energia Elétrica comprada para revenda	(15.259)	(9.343)
Materiais	(166)	(48)
Encargos e taxas	(1.135)	(666)
Serviços de terceiros	(5.788)	(1.501)
Depreciações	(14.008)	(974)
Outras despesas	(1.181)	(234)
	(37.537)	(12.766)

Com a conclusão das obras das unidades geradoras das controladas, os bens em sua operação sofreram as depreciações devidas, basicamente, a partir do exercício de 2019.

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Pessoal e encargos	(711)	(813)	(1.083)	(969)
Administrativas	(60)	(80)	(175)	(456)
Serviços de terceiros	(503)	(511)	(3.294)	(1.185)
Encargos e taxas	(16)	(29)	(40)	(63)
Depreciações	(10)	(9)	(10)	(9)
Reversão para redução ao valor recuperável	-	-	-	61.782
Outras despesas	(203)	(440)	(294)	(559)
Total	(1.503)	(1.882)	(4.896)	58.541

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	378	478	750	953
Outras receitas financeiras	-	-	103	-
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	378	478	853	953
DESPESAS FINANCEIRAS				
Despesas bancárias	(5)	(6)	(24)	(29)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(9.026)	(2.537)
Outras despesas financeiras	(55)	(60)	(593)	159
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(60)	(66)	(9.643)	(2.407)
RESULTADO FINANCEIRO	318	412	(8.790)	(1.454)

Com a entrada em operação das unidades geradoras das controladas, em sua grande maioria no início do exercício de 2019, foram cessados a capitalização dos encargos de empréstimos e estes passaram a ser reconhecidos como despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
Suprimento de Energia	-	52.913
Receitas financeiras	378	853
Base de cálculo IRPJ(8% Energia)	-	4.233
Base de cálculo receitas financeiras	-	475
(-)Despesas dedutíveis	316	-
(-)Prejuízo fiscal	19	-
Total da base IRPJ	43	4.751
IRPJ-15%	6	713
Adicional IRPJ- 10%	-	375
Total IRPJ	6	1.088
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	-	6.350
Base de cálculo receitas financeiras	43	475
Total da base CSLL	43	6.825
CSLL - 9%	4	618
Imposto de renda e contribuição social	10	1.706

Em 2018 a Companhia e suas controladas, enquadradas no regime de tributação de lucro real, apuraram prejuízos no decorrer de todo ano.

Em 2019 as controladas alteraram a forma de tributação para lucro presumido com apuração trimestral do imposto de renda e contribuição social pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

ATIVO	Controladora					
	31.12.2019				31.12.2018	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	422	422	1.127	1.127
Títulos e valores mobiliários (CDB)	2	VJR	5.693	5.693	6.525	6.525
Créditos com partes relacionadas	2	Custo amortizado	732	580	-	-
Total			6.847	6.695	7.652	7.652
PASSIVO						
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	484	484	-	-
Fornecedores	2	Custo amortizado	242	242	276	276
Outros débitos	2	Custo amortizado	228	228	124	124
Total			954	954	400	400
ATIVO	Consolidado					
	31.12.2019				31.12.2018	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	4.542	4.542	4.577	4.577
Títulos e valores mobiliários (CDB)	2	VJR	12.412	12.412	12.927	12.927
Concessionárias, permissionárias e clientes	2	Custo amortizado	5.766	5.766	204	204
Total			22.720	22.720	17.708	17.708
PASSIVO						
Fornecedores	2	Custo amortizado	13.661	13.661	14.115	14.115
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	139.436	139.436	152.037	152.037
Outros débitos	2	Custo amortizado	5.728	5.728	1.314	1.314
Total			158.825	158.825	167.466	167.466

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo.

Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	Controladora						Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018			31.12.2019			31.12.2018		
	R\$	% da aplicação	% da dívida	R\$	% da aplicação	% da dívida	R\$	% da aplicação	% da dívida	R\$	% da aplicação	% da dívida
CDI	5.693	100%	0%	6.525	100%	0%	12.412	100%	0%	12.927	100%	0%
TJLP	-	-	-	-	-	-	139.436	0%	100%	152.037	0%	100%
Total	5.693	100%	0%	6.525	100%	0%	151.848	100%	100%	164.964	100%	100%

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos da Companhia e de suas controladas, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2020. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 dezembro de 2019).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2019).

Operação	Risco	Saldos base	Cenário provável (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS					
Títulos e valores mobiliários	CDI	12.412	566	424	283
PASSIVOS FINANCEIROS					
Financiamentos - BNDES	TJLP	139.436	(7.097)	(8.872)	(10.646)
TOTAL			(6.531)	(8.448)	(10.363)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2020)			5,09%	6,36%	7,64%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2020)			4,56%	3,42%	2,28%

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de suas controladas de incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 12.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos financeiros	Controladora					Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	5.756	17.057	83.854	97.141	203.808
Fornecedores	242	-	-	-	242	10.248	2.970	-	-	13.218

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

f) Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Dívida de empréstimos e financiamentos	484	-	139.436	152.037
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	422	1.127	4.542	4.577
(-) Título e valores mobiliários (Nota 6)	5.693	6.525	12.412	12.927
Dívida líquida (A)	(5.631)	(7.652)	122.482	134.533
Patrimônio líquido (B)	266.752	228.359	266.752	228.359
Percentual de capital de terceiros	0%	0%	31%	37%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Contratos com o mesmo grupo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Controladora					
				Ativo		Passivo		Despesa	
				31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mútuo celebrado com a PCH Dores de Guanhães	484	2020	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	484	-	-	-
Emissão de notas de débitos referente a reembolso de despesas administrativas	274	2018/2019	Notas de débitos	107	167	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos referente a reembolso de despesas administrativas	352	2019/2020	Notas de débitos	240	112	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos referente a reembolso de despesas administrativas	238	2019/2020	Notas de débitos	93	145	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos referente a reembolso despesas administrativas	448	2019/2020	Notas de débitos	292	156	-	-	-	-
Contratos com o mesmo grupo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Consolidado					
				Ativo		Passivo		Despesa	
				31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Controlada PCH Dores de Guanhães									
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.333	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	257	227
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	6.196	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	63.811	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Controlada PCH Jacaré									
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.568	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	173	155
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.276	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	44.038	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Controlada PCH Senhora do Porto									
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.056	maio/2019 a maio/2024	maio/2019 a maio/2024	-	-	-	-	226	201
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	5.673	janeiro/2018 a dezembro/2047	janeiro/2018 a dezembro/2047	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	58.418	janeiro/2018 a dezembro/2047	janeiro/2018 a dezembro/2047	-	-	-	-	-	-
Controlada Fortuna II									
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.497	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	165	148
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.015	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	41.342	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem garantia corporativa dos acionistas Light S.A. e Cemig GT.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. SEGUROS

O Grupo Guanhães possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2019:

Seguro de Riscos Operacionais: cobre os danos causados às controladas, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de Responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo relação dos seguros:

Riscos	Controladas	Data da vigência		Importância segurada	LMI
		De	Até		
Risco operacional	PCH Dores de Guanhães S.A.	30/05/2019	30/05/2020	80.091	111.584
Risco operacional	PCH Fortuna II S.A.	30/05/2019	30/05/2020	62.987	111.584
Risco operacional	PCH Jacaré S.A.	30/05/2019	30/05/2020	53.920	111.584
Risco operacional	PCH Senhora do Porto S.A.	30/05/2019	30/05/2020	80.448	111.584
Responsabilidade civil e geral	PCH Dores de Guanhães S.A.	30/05/2019	30/05/2020	N/A	10.000
Responsabilidade civil e geral	PCH Fortuna II S.A.	30/05/2019	30/05/2020	N/A	10.000
Responsabilidade civil e geral	PCH Jacaré S.A.	30/05/2019	30/05/2020	N/A	10.000
Responsabilidade civil e geral	PCH Senhora do Porto S.A.	30/05/2019	30/05/2020	N/A	10.000

Os seguros do Grupo Guanhães são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

22. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Consolidado	
Ano	Energia contratada total (MW médio)
2020	23,1
2021	23,1
2022	23,1
2023	23,1
2024 a 2047	115,5

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19)

Desde o início do ano de 2020, temos acompanhado a propagação no Novo Coronavírus ("Covid-19") ao redor do mundo. O Grupo Guanhões efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras.

A Companhia não prevê nenhuma interrupção de suas operações no futuro próximo e vem cumprindo seus contratos CCEAR e tampouco houve notificações das concessionárias solicitando redução da disponibilização de energia contratada. Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou medidas preventivas para manter a saúde e segurança de seus empregados, suspensão de visitas técnicas e eventos nas dependências da Companhia, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para certos grupos de empregados, etc..